



**GOHN, Maria da Glória. MANIFESTAÇÕES E PROTESTOS NO BRASIL:
CORRENTES E CONTRACORRENTES NA ATUALIDADE. 1º ed. São Paulo:
Editora Cortez, 2017. 128 p.**

Marcos Alfonso SPIESS¹

Resenha recebida em 07/03/2019 e aceita em 04/07/2019

As manifestações de rua e as ocupações de instituições públicas ocorridas no Brasil, a partir de 2013, trouxeram consigo o desafio teórico de como compreender a diversidade de sujeitos e demandas presentes nesses eventos sem reduzi-los à polarização partidária direita versus esquerda. Com o objetivo de aprimorar o repertório teórico para compreensão de tais mobilizações, a professora e socióloga Maria da Glória Gohn publicou seu mais recente livro intitulado *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*.

Professora titular de Sociologia na Universidade de Campinas (Unicamp) e professora visitante na Universidade Federal do ABC (UFABC), Gohn procura dar continuidade a uma série de livros, que vem escrevendo desde os anos de 1990, sobre as principais orientações teóricas que se estabeleceram nos estudos sobre movimentos sociais. Sem desconsiderar as teorias sobre os movimentos sociais clássicos e os novos movimentos sociais, a autora avança na discussão ao identificar peculiaridades dos sujeitos que se fizeram presentes nas manifestações e protestos a partir de 2013.

Utilizando o método comparativo em uma perspectiva temporal, Gohn distingue diferentes configurações que os movimentos sociais assumiram desde o século XX até a atualidade. Para tanto, ela faz a comparação levando em conta três abordagens transversais, quais sejam: o papel da mídia e dos meios de comunicação, a conjuntura política e sociocultural do país em diferentes momentos históricos e, por fim, a dimensão subjetiva e intersubjetiva dos sujeitos (grupos e indivíduos).

O argumento que perpassa todo o livro é demonstrar o surgimento de um novo tipo de movimento social que se diferencia tanto dos clássicos quanto dos novos; Gohn afirma que os movimentos sociais articulados desde o ano de 2013 podem ser denominados de novíssimos, dada a particularidade com que se organizam e o repertório de demandas que apresentam em megamanifestações e protestos de ruas.

Na parte introdutória, a autora apresenta as distinções entre os movimentos sociais clássicos, os novos e os novíssimos, categorias cunhadas pela autora a fim de nomear sujeitos sociopolíticos distintos. De acordo com Gohn, os novos movimentos sociais datam da segunda metade do século XX e

¹ Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Paraná e professor do Instituto Federal de Goiás. E-mail: spiess.spiess@gmail.com.

se articulam tendo como eixo principal a afirmação de uma identidade. A identidade de gênero, étnica ou cultural, por exemplo, é a ênfase desses movimentos, tais como o movimento negro, LGBT, indígenas e feministas. Os novos são movimentos identitários.

Antes deles, segundo a autora, havia os movimentos sociais clássicos que se organizavam em torno de estruturas rígidas e hierárquicas, próprias dos movimentos operários e sindicais, tendo relações mais verticalizadas, um modelo central de operar e de formular suas demandas, bem como de se relacionar com suas bases. Ligados à luta pela terra, pelo acesso à educação, por melhores condições de trabalho, os movimentos clássicos são representados, por exemplo, pelo MST, UNE e Centrais Sindicais. Os clássicos se vinculam a direitos sociais.

Conforme Gohn, a partir de 2013, tanto os movimentos clássicos quanto os novos perderam espaço para um novo tipo de sujeito, os novíssimos, que se caracterizam não apenas pela imensa heterogeneidade, mas pela formulação e defesa de pautas que chegam, em alguns casos, a ser contraditórias entre si. Além disso, devido às relações horizontais propiciadas pelo uso das mídias digitais, pelo fácil acesso à informação e divulgação dos atos, os novíssimos passaram a se organizar para contestar o status quo da política no Brasil e expressar indignação contra os escândalos de corrupção. Eles se afastam, nesse sentido, da reivindicação por políticas públicas ou pela afirmação de uma identidade, própria dos clássicos e dos novos, respectivamente.

Para compreensão e distinção desses diferentes sujeitos e movimentos sociais, Gohn ressalta a importância de se ter categorias teóricas bem definidas. É isso que ela procura fazer, ainda na introdução, quando conceitua brevemente as categorias povo (grupo que possui uma composição social indiferenciada), massa (grupos sem autodefinição e que facilmente são cooptados por eventos e a eles se agregam sem muito compreenderem) e multidão (agrupamento com múltiplas identidades, que se apresentam de forma proativa, constroem identidades temporárias e provisórias).

Com base nessa conceituação, a autora deixa subentendido que a categoria multidão é preferível para definir os sujeitos que se agruparam nas ruas em junho de 2013 e anos posteriores, uma vez que são agrupamentos fluidos, fragmentados, horizontais e plurais. A constituição dos novíssimos geralmente é temporária, são formados por grupos ad hoc convocados pela internet e não se perenizam no tempo, ao contrário dos movimentos clássicos e novos.

Outros dois conceitos relevantes para a proposta da autora são indignação e cultura política. A indignação remete aos aspectos subjetivos que mobilizaram milhares de pessoas a sair de suas casas e a participar de atos convocados pelas redes sociais. Já a categoria de cultura política, desvinculada dos partidos políticos institucionalizados, remete aos repertórios, narrativas e visões de mundo que um determinado grupo, ato ou manifesto busca expressar. Para Gohn, nas recentes manifestações, para além dos partidos políticos (ou mesmo contrário a eles), o que se pôde observar foi a presença conflitante de várias culturas políticas (incluindo aquelas contra a política institucional e partidária).

Após essa pormenorizada introdução, de leitura fundamental para se compreender a proposta da autora, Gohn se dedica na primeira parte da obra, composta por dois capítulos, a mapear e definir um perfil dos principais sujeitos sociopolíticos que articularam as megamanifestações de 2013 a 2016 (Capítulo I), além de abordar quais foram as principais manifestações e protestos de ruas que aconteceram nesse período (Capítulo II). Para tanto, ela analisa os movimentos que mais desencadearam esses eventos, sendo eles: Movimento Passe Livre (MPL), Vem Pra Rua (VPR) e o Movimento Brasil Livre (MBL).

Ao definir um perfil do MPL, Gohn reforça que esses movimentos, com culturas políticas contraditórias entre si, possuem características comuns. Uma delas é a forma horizontal de se organizarem usando meios de comunicação digitais, redes sociais virtuais e evitando a centralidade a algum líder ou personalidade que teria a função de falar em nome do movimento. A opção por não centralizar a comunicação em um líder faz com que as ações e eventos ocorram de forma direta, em uma perspectiva denominada pela autora de autonomista.

O autonomismo, categoria utilizada por Gohn para definir os novíssimos movimentos sociais, apesar de ser utilizado durante toda a obra, somente será definido nas últimas páginas do livro, quando a autora faz uma análise das ocupações das escolas públicas no Brasil. Essa definição a posteriori do termo prejudica a leitura por parte de quem não está familiarizado com outros textos de Gohn, requerendo que o próprio leitor elabore uma ideia, ainda que genérica e provisória, do que seria o autonomismo, para que, somente ao final, possa compará-la à definição dada pela socióloga.

Para Gohn, o autonomismo é um princípio de orientação libertária, com elementos anarquistas e marxistas, mas que se pode fazer presente em diferentes correntes teóricas. Ao não privilegiar a figura de um líder e possibilitar a rotatividade dos indivíduos que constituem os pequenos grupos que (auto)organizam e orientam as manifestações, o autonomismo possibilita uma variação no perfil dos próprios manifestantes. Isto deixa claro que para esses sujeitos o essencial é a partilha de princípios subjetivos de ação (indignação, contestação etc.) e não a definição objetiva de uma identidade do grupo.

Após a análise do MPL, Gohn identifica características do Vem Pra Rua (VPR) e do Movimento Brasil Livre (MBL) que, apesar de possuírem orientações afins de cultura política, possuem suas particularidades. Para definir o VPR, a autora descreve como os valores suprapartidários do movimento, mas não partidários, serão fundamentais para a articulação de um discurso contra a corrupção e as estruturas de poder, fazendo com que ganhem simpatia pela população brasileira. Fundado em 2014 por dois empresários, o VPR passou a depender da multidão nas ruas para emplacar suas pautas na mídia, uma vez que não possuíam uma base organizada e historicamente constituída.

Dessa forma, o foco representa a afirmação da necessidade de mudança das lideranças políticas. O recurso utilizado pelos seus membros será, principalmente, a criação de perfis em redes sociais on-line, valendo-se de ferramentas de marketing para divulgar suas propostas. Sem os

discursos longos, as frases curtas e diretas caracterizam o VPR na articulação de manifestações. Com esse movimento, como demonstra Gohn, duas pautas ganham destaque: a educação suprapartidária nas escolas (tema analisado pela autora na segunda parte do livro) e a conscientização política e cívica através de imagens e símbolos nacionais.

Apesar de também ser criado em 2014 e estar alinhado à cultura política do VPR, o Movimento Brasil Livre (MBL) se diferencia do VPR à medida que define claramente uma bandeira liberal e conservadora, liberal no sentido de defender o livre mercado e o Estado mínimo, e conservador quando se posiciona contra vários direitos sociais e culturais conquistados com a redemocratização do país. Diferencia-se ainda do VPR uma vez que estimula a participação de seus membros em partidos políticos e, ao lutar contra a corrupção, busca adentrar as instituições para transformá-las.

Uma vez apresentadas as principais características desses sujeitos sociopolíticos que organizaram grande parte das recentes megamanifestações, Gohn dedica o segundo capítulo a uma análise dos principais eventos articulados a partir de junho de 2013. Para a autora, as manifestações ocorridas entre 2013 e 2016 representam um único ciclo de lutas e protestos no país, mas que, mantidas suas diferenças, podem ser divididos em três momentos, ou seja, em três etapas que revelam inovações dentro de um mesmo ciclo de protestos.

O primeiro momento se caracteriza pela presença dos novíssimos atores em cena, que saíram às ruas em junho de 2013. Nesse momento, o MPL teve atuação decisiva na formação de megaprotestos, enquanto o VPR e o MBL seriam criados um ano depois. Esse primeiro momento inicia com a contestação do aumento das tarifas de ônibus, mas em poucos dias, diferentes temas entram na pauta das manifestações, como a precariedade dos serviços públicos e a baixa qualidade da política institucional. Interessante notar que, pelo fato de utilizarem as redes sociais para se articular, e diante da ausência de um líder interlocutor que falasse pelo grupo, o Governo Federal teve dificuldades para entender a linguagem e dialogar com os grupos que se manifestavam.

O segundo momento ocorre em 2014, ou seja, ano em que nascem o Vem Pra Rua (VPR) e o Movimento Brasil Livre (MBL). Para Gohn, não é possível compreender esse momento sem considerar a intensa mobilização gerada, principalmente nas redes sociais, em torno das eleições presidenciais daquele ano. Além disso, a instauração da Operação Lava Jato, no mesmo ano, fez com que o Judiciário surgisse, dentre todas as mobilizações contra a corrupção, como um ator para o qual muitas demandas passariam a ser endereçadas, passando a ser visto como símbolo de imparcialidade.

Já o terceiro momento tem início em março de 2015 e, com a permanência de Dilma Rousseff na Presidência, aguça a polarização política partidária. Nessa fase, duas agendas passam a tomar conta das manifestações: uma denominada de antigolpe e a favor de Dilma e outra afirmando a necessidade de uma Reforma do Estado, a favor do impeachment. Segundo Gohn, é nesse momento que os movimentos clássicos e novos tentam reconquistar espaço nas ruas junto aos novíssimos. A solução

encontrada pelos clássicos e pelos novos, com o intuito de marcarem presença diante das multidões cooptadas pelos novíssimos, foi a formação de “Frentes” de ação política, como a Frente Brasil Popular.

Após ter demonstrado um panorama dos sujeitos e eventos que caracterizaram essas manifestações no país, na segunda parte da obra, composta de três capítulos, a autora analisa as ocupações das escolas públicas com as manifestações de ruas. Em um primeiro momento, Gohn apresenta a história e o repertório de lutas dos movimentos pela educação no Brasil (Capítulo I), para então fazer uma análise das ocupações das escolas contra as propostas de reformas educacionais (Capítulo II) e contra o projeto de lei popularmente conhecido como “Escola sem partido” (Capítulo III).

Para a autora, não se pode esquecer que o movimento estudantil, principalmente o dos estudantes do ensino superior, possui uma longa história no país. No entanto, a partir de 2013, em diálogo com os novíssimos movimentos sociais, as manifestações que tinham como pauta a educação também se transformaram. Uma dessas mudanças, além do uso das tecnologias, foi a presença intensa de jovens e adolescentes, estudantes secundaristas, que passaram a protagonizar a luta pela educação (ocupando o espaço dos tradicionais movimentos sindicais de professores, por exemplo).

Após traçar uma perspectiva histórica das reformas educacionais sucedidas no Brasil desde o início do século XX, Gohn faz a distinção de diferentes ciclos de manifestações e protestos na área educacional, que ocorreram nesse país, até chegar ao mais recente, que foram as ocupações de secundaristas a partir de 2015. Assim como os novíssimos movimentos sociais, os secundaristas utilizaram a internet e as redes sociais para promover ocupações de diversas escolas e em diferentes Estados.

O estopim para que as ocupações ganhassem proporção nacional foi a proposta da Medida Provisória da Reforma do Ensino Médio, bem como a PEC 241, que limitava os gastos do Governo Federal por 20 anos, atingindo especialmente o investimento nas áreas de educação e saúde. Além dessas relações que Gohn estabelece entre as ocupações das escolas pelos secundaristas com os novíssimos movimentos sociais, ela também propõe uma reflexão sobre as mobilizações contra o projeto de lei “Escola Sem Partido”. Com isso, ela possibilita repensar as diferentes culturas políticas que se confrontaram nas citadas manifestações e o protagonismo de distintos atores sociais que emergiram a partir de 2013.

A obra *Manifestações e protestos no Brasil* possui um caráter introdutório e sistemático para se compreender as mobilizações e os novíssimos sujeitos sociais que ocuparam o Brasil após junho de 2013. Sem querer esgotar a análise, a autora consegue articular e tornar clara a diversidade de temas e sujeitos presentes nos eventos discutidos, devendo-se destacar sua capacidade de não reduzir a explicação a uma perspectiva maniqueísta entre partidos de esquerda e de direita. Além disso, ressalta-se o cuidado da autora para com categorias teóricas e nativas, as quais facilitam a compreensão das recentes manifestações no país.

Por outro lado, por conta do método comparativo utilizado pela autora, que privilegia uma perspectiva temporal, há momentos na análise em que ela parece justapor os movimentos clássicos, novos e novíssimos, como se o surgimento de um fizesse desaparecer os anteriores. Obviamente não é esta a posição de Gohn, que chega a reconhecer uma tentativa de reconquista das ruas por parte dos movimentos clássicos e novos. Contudo, a escolha metodológica, principalmente a nomenclatura utilizada para definir os diferentes movimentos sociais, pode ser um desafio para o leitor pouco familiarizado com os estudos teóricos dos movimentos sociais. Nesse sentido, a substituição dos termos clássicos, novos e novíssimos por categorias como movimentos sindicais e/ou populares, movimentos identitários e movimentos de contestação, respectivamente, poderia facilitar a exposição do argumento presente no livro.

De toda forma, é preciso destacar a brilhante análise de Gohn acerca das manifestações recentes no Brasil, em especial sua capacidade de analisar de forma distanciada e refinada os eventos que, temporalmente, ainda estão próximos a nós. Sem se deixar influenciar por uma análise apressada dos fatos, a autora articula tais acontecimentos dentro de uma perspectiva histórica dos movimentos sociais, bem como apresenta as questões em um nível teórico mais amplo para compreender as manifestações e os sujeitos envolvidos. Essa obra, sem dúvidas, é leitura obrigatória àqueles que, de uma forma ou de outra, se interessam pela presença dos movimentos sociais brasileiros.